

IDE COMO MEIO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO? RELAÇÕES ENTRE NEGÓCIOS E SOCIEDADE EM TORNO DOS PROJECTOS PROSAVANA E WANBAO EM MOÇAMBIQUE¹

Michael Godet Sambo e Phyllis Bußler

INTRODUÇÃO

Não obstante a visão de desenvolvimento agrícola, há muito defendida pelo Governo moçambicano, o crescimento económico em Moçambique está fortemente dependente dos fluxos de Investimento Directo Estrangeiro (IDE), que se concentram predominantemente na indústria extractiva do que noutros sectores (Castel-Branco, 2010; Sambo, 2020). Embora designado pela Constituição como sendo a base do desenvolvimento, o sector agrícola não tem conseguido atrair um volume de investimentos significativo. Antes pelo contrário, beneficiou de apenas 2 % do total do IDE entre 2011-2020, enquanto 68 % do mesmo se destinou à indústria extractiva (Banco de Moçambique, 2020; Sambo, 2020). Paralelamente, o IDE no sector agrícola diminuiu de USD 81,8 milhões, em 2017, para USD 35,6 milhões, em 2020. Poderá argumentar-se que em virtude da forte dependência do Governo em relação à ajuda internacional, este não possa intervir mais no sector. Os programas de ajuda dos doadores tradicionais tendem a dar prioridade a despesas em áreas como instituições, governação e programas sociais, em detrimento de projectos de infra-estruturas de grande escala no sector agrícola (Mawdsley, 2018, p. 193). Deste modo, as crises alimentares globais de 2007-2008 e 2010 tornaram-se uma oportunidade para o Governo moçambicano se voltar para novos parceiros financeiros na expansão agrícola. A China e o Brasil são ambos considerados contribuintes promissores e decisivos para uma revolução agrícola.

No quadro diplomático da Cooperação Sul-Sul (CSS), os objectivos comuns dos governos da China e do Brasil de colaborar com o Governo de Moçambique culminaram na implementação

¹ Publicado em colaboração com o Instituto Internacional Africano. Publicado pela primeira vez no Reino Unido em 2024 por C. Hurst & Co (Publishers) Ltd., New Wing, Somerset House, Strand, London WC2R 1LA, in: Honke, J., Cezne, E., & Yang, Y. (Eds.). (2024). *Africa's Global Infrastructures: South-South Transformations in Practice*. Oxford University Press.

de dois projectos de desenvolvimento agrícola de grande escala, ProSAVANA e WANBAO. Estes projectos chegaram a Moçambique de forma semelhante, mas acabaram por ter trajectórias diferentes.

O primeiro é um projecto entre Japão-Brasil-Moçambique chamado Programa de Cooperação Tripartido para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique (doravante ProSAVANA). Inicialmente o ProSAVANA seguiu o modelo do Prodecer, um projecto de desenvolvimento agrícola entre o Japão e o Brasil lançado em 1979, que transformou a região do Cerrado brasileiro num dos principais exportadores mundiais de soja. O Plano Director do ProSAVANA destinava-se a apoiar a elaboração de planos de desenvolvimento agrícola e a angariar investimentos e ajuda para a materialização de projectos agroindustriais, a fim de transformar a região numa zona de produção de mercadorias em grande escala. Abrangia 14 milhões de hectares nas províncias da Zambézia, Niassa e Nampula, no Norte de Moçambique (Chichava, 2014a). A sua ligação ao Corredor de Crescimento de Nacala deveria criar sinergias entre os investimentos da Vale/caminhos de ferro e da Mitsui. Apesar da sua presença de grande visibilidade no panorama da cooperação para o desenvolvimento, o ProSAVANA foi formalmente encerrado em 2020 (Da Silva, 2020).

O segundo projecto é a WANBAO *Africa Agricultural Development* Lda. – WAADL (doravante WANBAO). Aparentando levar a imagem da China para África, a WANBAO recebeu financiamento do Fundo de Desenvolvimento China-Portugal e do Fundo de Desenvolvimento China-África (Zhang, 2019). O projecto teve início em 2007 no Xai-Xai, a capital da província de Gaza, no Sul de Moçambique, abrangendo 20 mil hectares através do regadio do vale do baixo Limpopo. Em 2012, este projecto passou de uma iniciativa provincial de Hubei, conhecida por “Fazenda da Amizade Hubei-Gaza”, que era implementada por uma empresa estatal chinesa, para uma empresa chinesa de investimento privado WANBAO.

Destacamos duas semelhanças entre o ProSAVANA e a WANBAO, que também poderão existir noutros projectos de cooperação Sul-Sul (CSS) em África. Em primeiro lugar, ambos são projectos de dimensão considerável, que envolvem a construção de laboratórios agrícolas, centros de demonstração, sistemas de irrigação e infra-estruturas logísticas relevantes. Neste contexto, os corredores de crescimento agrícola planeados em toda a África Subsariana são exemplos de como o investimento agrícola anda de mãos dadas com as infra-estruturas e com a logística (Weng *et al.*, 2013 para uma visão geral; Chome *et al.*, 2020 para a África Oriental). Em segundo lugar, o Governo moçambicano negociou ambos os projectos sem envolver, consultar ou informar nem as comunidades potencialmente afectadas, nem as organizações da sociedade civil (OSCs) nos respectivos processos de planificação e implementação. Esta é uma prática generalizada em muitos projectos Sul-Sul na África Subsariana (Vaes & Huyse, 2013). No entanto, nos nossos estudos de caso, essa prática levou à contestação em todos os encontros entre ambos os projectos e as comunidades locais, incluindo as OSCs.

Embora, indiscutivelmente, essas iniciativas possam ser consideradas como da competência do Governo devido à sua premissa de mobilizar o IDE do Sul para um sector económico negligenciado, mas vital, enfatizamos as comunidades afectadas e a actuação das OSCs enquanto o nosso foco incide nos encontros. O argumento oficial para a mobilização de IDE para a agricultura com os governos parceiros tendia geralmente a estar associado à relevância do sector para Moçambique, ao fraco desenvolvimento sectorial explicado pela baixa produtividade, bem como à existência de grandes extensões de terra arável não utilizadas, oferecendo assim oportunidades de negócio rentáveis. Enquanto isso, no contexto nacional, as narrativas apresentadas tendiam a ser sobre o desenvolvimento comunitário através da criação de oportunidades de emprego, acesso a alimentos e transferência de tecnologia e o desenvolvimento geral através dos ganhos das exportações, crescimento do PIB, desenvolvimento da cadeia de valor e, de certa forma, a participação no mercado global. Assim, e com base nos encontros entre projectos orientados para os negócios e comunidades locais sob narrativas convenientes, mas contrastantes, o artigo destaca as comunidades e a actuação das OSCs durante os diferentes encontros.

Este artigo, indo além da euforia e dos mitos da CSS (Bergamaschi, Moore & Tickner, 2017), interroga-se sobre se, e em que medida, as perspectivas iniciais destes grandes projectos de investimento Sul-Sul se traduziram em “*desenvolvimento comunitário*”. Segundo Summers (1986, p. 360), o conceito de “*Desenvolvimento das Comunidades Rurais*” é definido como intervenções intencionalmente programadas com o objectivo de melhorar as condições de vida das pessoas em zonas escassamente povoadas. Mantemos o foco num grupo mais circunscrito e directamente afectado pelos projectos. O capítulo questiona ainda por que razão esses projectos de desenvolvimento de infra-estrutura agrícola tiveram um início semelhante, mas seguiram trajetórias distintas. Este contraste revela como as relações Sul-Sul de África são questionadas, renegociadas e (des)materializadas – pelas diferentes contrapartes no terreno. Para tratarmos destas questões, abordamos os encontros empresa-sociedade em torno de projectos de desenvolvimento cooperativos do topo para a base a partir de dois ângulos analíticos. Em primeiro lugar, chamamos a atenção para como actores e projectos estão inseridos em configurações de economia política de nível regional e transnacional onde os investimentos e a sua contestação aconteceram. Tais configurações incluem a existência de uma rede robusta de OSCs, o seu alinhamento com/alienação do Governo e as tradições políticas no contexto regional. Também salientamos, entre outros aspectos, diversos tipos de encontros entre diferentes intervenientes do projecto e as suas repercussões dentro de uma rede transnacional que se estende entre o Norte Global e o Sul.

Em segundo lugar, exploramos até que ponto os encontros entre diferentes actores poderiam (re)fazer práticas transnacionais. Com o nosso foco a recair sobre a situação das comunidades afectadas, este capítulo argumenta que as alterações verificadas na composição

dos intervenientes ao longo do processo e os diferentes graus de adaptação conjunta contribuíram para as diferentes trajetórias dos dois projectos (ver também Tang 2022 e o capítulo de Bunskoek em Honke *et al.*, 2024). A comparação baseia-se em dados empíricos qualitativos recolhidos separadamente em diferentes períodos e projectos de pesquisa, mas com metodologias relativamente semelhantes. Para o ProSAVANA, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas em Moçambique (2016-17), Brasil (2017) e Japão (2018), com os proponentes do ProSAVANA, OSCs e outros intervenientes envolvidos directa ou indirectamente na contestação. Foram igualmente realizadas visitas de campo em Nampula² e Maputo, e a participação na 3.^a Conferência Popular Trilateral em 2018 complementaram a recolha de dados.

Um desafio no que diz respeito à pesquisa sobre o ProSAVANA foi o carácter político e o contexto do projecto. Por esse motivo, uma pré-condição para chegar às OSCs no Brasil e em Moçambique foi a fiabilidade da pesquisadora, bem como a sua aliança com a causa das OSCs. A participação da pesquisadora numa rede de solidariedade germano-brasileira facilitou o estabelecimento de contactos com representantes de OSCs no Brasil. Através do método bola de neve e de uma outra associação na Alemanha direccionada para Moçambique, foram contactadas OSCs em Moçambique. Além disso, o contexto político do Brasil, em 2017, revelou-se desafiador devido ao julgamento contra o Presidente Lula da Silva, previsto para Abril de 2017, e à incapacidade de chegar até representantes públicos, que anteriormente estiveram envolvidos na interacção Sul-Sul do Brasil e foram substituídos após a sua impugnação (*impeachment*). A politização do ProSAVANA também teve implicações em relação ao próprio posicionamento da pesquisadora como alemã, fluente em português brasileiro. Embora o sotaque brasileiro da pesquisadora tenha levado alguns colegas a achar que se tratava de uma brasileira (o que poderia ter tido um impacto positivo), a nacionalidade alemã, aliada à pesquisa que decorria sobre o ProSAVANA, levantou suspeitas em alguns (tanto representantes das OSCs como proponentes do ProSAVANA) de que essa pesquisa estava a ser realizada no interesse do ProSAVANA e/ou em nome do governo alemão, que participaram nas discussões para se envolverem no ProSAVANA. Isso culminou numa quase recusa de acesso ao campo durante a estadia da pesquisadora em Tóquio, no Japão.

Para a WANBAO, os dados foram recolhidos no Xai-Xai, na província de Gaza, em 2019, tendo consistido em Discussões dos Grupos Focais (DGF) com pequenos agricultores e entrevistas semi-estruturadas com os intervenientes. Foram incluídos nas discussões, através das entrevistas semi-estruturadas, funcionários do governo provincial, gestores chineses e funcionários da WANBAO, trabalhadores, produtores locais de arroz no âmbito do sistema de agricultura

² Para o ProSAVANA, as entrevistas em Moçambique foram realizadas em Maputo e Nampula, mas não noutras províncias potencialmente afectadas, algo que constitui uma limitação deste estudo. Para a WANBAO, as entrevistas foram realizadas na província de Gaza.

sob contrato na WANBAO e pequenos agricultores familiares directamente afectados, mas não envolvidos no projecto. Foram também realizadas visitas de campo durante o período de trabalho com o objectivo de se observar a dinâmica operacional na exploração agrícola. Além disso, foram também consultadas literaturas clássicas – relatórios relacionados com os meios de comunicação social e publicações das OSCs – para complementar os dados primários. Similarmente ao estudo de caso do ProSAVANA, o método da bola de neve foi usado no caso da WANBAO, a partir da recolha de contactos fundamentais na capital, Maputo. No entanto, tanto desafios como sucessos foram associados ao uso do método. O desafio foi enfrentado, em particular, quando se tratava de encontrar os principais contactos de uma determinada instituição, que se sentiam expostos por uma pesquisa realizada no passado, na qual tinham participado. Consequentemente, e apesar de contactados telefonicamente, mostraram-se relutantes em participar na pesquisa, receando voltarem a ser expostos, pondo em risco os seus postos de trabalho. Embora essa experiência seja relevante para lembrar aos pesquisadores sobre a sua responsabilidade em relação à protecção do entrevistado e às melhores práticas de tratamento de dados, ela também coloca o desafio de descobrir crispações anteriores entre os nossos facilitadores de contactos e os respectivos informantes-chave. Por outro lado, ter os contactos e referências da embaixada chinesa em Maputo foi crucial para facilitar a entrevista com os gestores da WANBAO, que de outra forma teria sido muito difícil. Além disso, pelo facto de o investigador ser de origem moçambicana e trabalhar com um assistente de campo local na província de Gaza, e por poder fazer uso das múltiplas identidades, tanto como pesquisador e professor de instituições conhecidas, como por recomendações, as direcções do governo da província de Gaza foram colaborativas, facilitando entrevistas e abrindo espaço para contactos com outros actores relevantes. As partes subsequentes deste artigo apresentarão primeiro uma visão geral dos investimentos brasileiros e chineses em Moçambique, seguida de uma revisão da literatura, que coloca o ProSAVANA e a WANBAO numa perspectiva comparativa. Em seguida, o artigo foca-se na análise empírica comparativa, terminando com uma comparação e conclusão.

CONTEXTUALIZANDO O INVESTIMENTO BRASILEIRO E CHINÊS EM MOÇAMBIQUE

Os investimentos chineses e brasileiros em Moçambique são comparáveis a vários níveis. A China e o Brasil utilizam colaborações estratégicas com Moçambique para mostrar os seus respectivos modelos de desenvolvimento e de parcerias com o continente. Por um lado, a China alcançou a auto-suficiência alimentar a uma taxa superior a 95 % e a cooperação agrícola China-África tem vindo a entrar numa nova fase, na qual a China aspira desempenhar um papel proactivo na ascensão da estratégia “*going global*” (Cheru & Obi, 2011; Zhang, 2019).

O então Presidente da China, Hu Jintao, demonstrou tal intenção ao anunciar “oito medidas-chave” destinadas a apoiar África e a construção de dez Centros de Desenvolvimento Agrícola e Tecnológico (ATDC) na Cimeira de Pequim do Fórum para a Cooperação China-África, realizada em 2006, aumentando para 20 centros em 2009, e 30 em 2010, nos fóruns subsequentes (Zhang, 2019). É importante salientar que a China tem investido mais no desenvolvimento agrícola em Moçambique do que em qualquer outro país africano (Shaw, 2010; Cheru & Obi, 2011; Madureira, 2014; Ponguane, Mussumbuluco & Mucavele, 2021). Por outro lado, o Brasil teve a sua história de sucesso quando surgiu como parceiro de desenvolvimento internacional. É amplamente reconhecido pela sua experiência na área de agricultura tropical (Chichava *et al.*, 2013, p. 7) e pela vontade de partilhar a sua experiência com as nações africanas (Chichava, 2014b). Além disso, o Brasil priorizou Moçambique em relação a outros Estados africanos (Chichava *et al.*, 2013b). Além dessas semelhanças, existem subtilidades nas presenças económicas chinesa e brasileira, especialmente em termos de IDE, comércio e empréstimo. Apesar de possuir um maior volume de comércio com Moçambique, o IDE da China, entre 2010 e 2020, representou um quinto do investimento acumulado do Brasil em Moçambique, que correspondeu a 7 % de todo o IDE reportado no mesmo período. No entanto, o IDE do Brasil tende a diminuir nos últimos anos, enquanto os investimentos chineses têm mostrado uma tendência crescente. A China é actualmente o maior credor bilateral de Moçambique, representando em média 20 % do total da dívida pública, em média, entre 2015 e 2021 (de acordo com o Ministério da Economia e Finanças, 2022). Este facto pode permitir à China uma maior influência negocial sobre o governo moçambicano do que o Brasil.

Ao nível das bases, as interacções entre estas potências emergentes e as comunidades locais são muitas vezes mediadas por OSCs que são cruciais para se compreender a (re)elaboração de práticas no terreno (ver capítulos de Waisbich e de Kilaka em Honke *et al.*, 2024). As OSCs do Sul Global caracterizam-se mais pela diversidade interna do que pela semelhança (Kamruzzaman, 2018, também Waisbich em Honke *et al.*, 2024). Isso requer uma atenção analítica aos contextos político-económicos específicos e às trajectórias pós-coloniais das quais emergem as OSCs do Sul. Essas condições também são relevantes para a compreensão dos encontros Sul-Sul e seus (potenciais) efeitos nas relações sociedade civil-Estado. Referimo-nos às OSCs como forças anti-hegemónicas institucionalmente organizadas (Habermas, 1996 e Kamruzzaman, 2018, p. 3), que procuram representar os interesses marginalizados da sociedade. De acordo com Cox (1999), as OSCs estão inseridas num campo de relações de poder globais, no qual o seu papel oscila entre ser um estabilizador do *status quo* das relações de poder (por exemplo, cooptadas pelos Estados) e serem actores resistentes que contestam a ordem hegemónica estabelecida (Kamruzzaman, 2018, p. 2). Empiricamente, as OSCs não são todas elas necessariamente anti-hegemónicas. Algumas estão mais preocupadas em perseguir os seus interesses do que outras (Moyo, 1993, p. 4; citado em Kamruzzaman,

2019: p. 6). Segundo Ilal *et al.* (2018), no regime autoritário do partido Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo)³, as OSCs enfrentam um espaço de participação cada vez menor. Portanto, algumas OSCs tentam trabalhar ou ser incorporadas pelo Governo e o partido no poder como fornecedores de serviços. De modo geral, estas são ONGs (locais) apoiadas por doadores, criadas na década de 1990, no âmbito da agenda de boa governação do Banco Mundial e, normalmente, pouco influentes do ponto de vista político (Ilal, Kleibl e Munck, 2018, p. 220; Kleibl, 2021). Em contrapartida, outras dependem do financiamento externo, por exemplo, de agências de cooperação, para representar os interesses das vozes marginalizadas da sociedade (ver mais em Johansson e Sambo, 2014).

Em Moçambique, a forte concentração de iniciativas de IDE em determinadas localizações tende a ter efeitos de enclave e marginalização; entretanto, as comunidades discriminadas e as organizações da sociedade civil também adquiriram experiência ao longo dos anos na contestação de projectos de grande escala. Este capítulo argumenta que a nível provincial, distrital e regional, a configuração histórico-política em cada local beneficiário do IDE implica modos distintos de governação e padrões de mobilização. Estas condições implícitas também desempenham um papel no (re)desenho dos resultados dos projectos de investimento e das suas contestações. No caso moçambicano, as regiões que acolhem os dois projectos infra-estruturais agrícolas deste artigo, nomeadamente as províncias de Nampula e de Gaza, apresentam condições sociopolíticas distintas. Por um lado, o ProSAVANA situa-se na província de Nampula, no Norte, a mais de 2000 km de distância da capital de Moçambique, Maputo. A região é caracterizada por uma comunidade de OSCs forte e estabelecida, contando com 20 anos de experiência de mobilização, com foco em questões de governação (Topsøe-Jensen, 2015, p. 232). Além disso, a província de Nampula serviu de base geográfica para o Partido da Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), principal partido da oposição da Frelimo, e consequentemente tem um apoio estável entre a população local (Sumich, 2010, p. 3). Por outro lado, a WANBAO está localizada em Xai-Xai, capital da província de Gaza, a cerca de 220 km de Maputo. A província de Gaza confia firmemente no partido Frelimo e nas suas políticas desde a independência de Moçambique, em 1975. Esta província é a pátria da maioria dos dirigentes da Frelimo (Roesch, 2014) e, por isso, gozam do apoio natural da população local contra a RENAMO. Como resultado, o tipo de OSC que se desenvolveu nesta região está principalmente alinhado com o Governo. De acordo com Cox (1999), a sua maioria operava mais como um estabilizador do *status quo*, embora poucas tenham surgido durante as contestações, tais como o Fórum das ONGs Nacionais de Gaza (FONGA). Essas dinâmicas

³ O partido Frelimo foi criado após a sua independência, no 3.º Congresso do movimento de libertação FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), de onde surge. O partido agora estabelecido era um partido-Estado único e governante que permanece no poder após o estabelecimento do sistema democrático multipartidário pela nova Constituição de 1990 (Cuco, 2016; De Brito, 2019). Tal reflecte-se na sensibilidade da escrita. Por isso, referimo-nos ao modo de escrever partido em minúsculas.

histórico-políticas no plano provincial e distrital, como defende esta secção, delineiam os contornos da vida política dos projectos desde o início. As secções seguintes demonstrarão como se desenrolam as relações e a mobilização entre empresas e comunidades ao longo de cada fase dos dois projectos.

COMPARAÇÃO DO PROSAVANA E DA WANBAO: LITERATURA E ABORDAGEM

Esta secção apresenta a nossa abordagem comparativa em trabalhos anteriores sobre a cooperação brasileira e chinesa no sector agrícola de Moçambique (Chichava *et al.*, 2013a; Chichava, 2014b; Milhorange, 2015; Amanor & Chichava, 2016).

Relativamente ao contexto político-económico de Moçambique, Chichava *et al.* (2013) discutem como a atracção do IDE para o sector agrícola, através dos parceiros do Sul, é de enorme interesse para a elite empresarial moçambicana. Além disso, a literatura traçou diferentes tendências e modelos(s) entre a China e a Cooperação Sul-Sul (Agrícola) do Brasil em África: a estratégia da China envolve a instalação de 20 projectos de demonstração na África Subsaariana, muitos dos quais foram construídos e operados por entidades estatais chinesas. Os modelos agrícolas chineses estão implícitos quando transportados para África; além disso, a sua implementação depende também da empresa chinesa executora, que tira partido das experiências de desenvolvimento da sua província de origem (Cabral, 2018). Em contraste com o caso da CSS chinesa, onde se pode observar o design de alto nível e a fragmentação na prática (ver o capítulo de Bunskoek em Honke *et al.*, 2024), a CSS brasileira é mais diversificada no que diz respeito aos seus intervenientes, e dividida a nível político. O sector agrícola brasileiro é historicamente dividido entre o agronegócio e os pequenos agricultores. Tal divisão pode ser observada a partir da coexistência anterior de dois ministérios da Agricultura durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT): a orientação para o agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a agricultura orientada para os pequenos agricultores do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O MDA foi revogado após a impugnação (*impeachment*) da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, e mudança de governo (Grisa, 2018). É importante salientar que cada ministério teve as suas próprias iniciativas e agenda de CSS no sector agrícola. Além disso, enquanto o Estado chinês lidera o desenho de sua estrutura de CSS, a forte posição do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil e um cenário de OSCs bem estabelecido, anteriormente envolvido na formulação de políticas públicas da CSS, reflectem-se ainda mais nessa divisão entre o agronegócio e a pequena agricultura.

No caso da WANBAO e do envolvimento da China em Moçambique, Ponguane *et al.* (2021) afirmam que ocorreu a apropriação ilegal de terras, em vez de um desenvolvimento rural e

agrícola bem-sucedido. No entanto, o projecto aumentou a produtividade dos agricultores participantes. Gu *et al.* (2016) analisam o impacto das relações entre o Estado e as empresas chinesas nos projectos de cooperação chinesa em Moçambique (e no Zimbabwe). Zhang *et al.* (2019) demonstram que a realização de micro-encontros entre chineses e moçambicanos conduziu a um processo de adaptação mútua. Estas constatações são confirmadas por Scoones *et al.* (2013; 2016), que realça que a integração dos parceiros de cooperação nos seus contextos nacionais pode moldar as práticas empresariais ou de desenvolvimento transnacionais no “país beneficiário”.

A mobilização transnacional e a contestação foram os principais temas de muitos estudos sobre o ProSAVANA e o envolvimento do Brasil em Moçambique. A título de exemplo, Chichava e Durán (2016) reconstroem a origem da contestação, traçando o cenário diversificado dos intervenientes e o interesse da elite que impulsiona o projecto. Shankland e Gonçalves (2016) analisam como imaginários espaciais e discursos referentes ao Brasil e a Moçambique são usados estrategicamente e transnacionalmente na contestação de proponentes e críticos. Além disso, a análise que Cezne (2019) faz da contestação transnacional (Waisbich em Honke *et al.*, 2024) dos Afectados pela Vale (AV) é um antecedente relevante para explicar a contestação. Monjane e Bruna (2020), por sua vez, centram-se no Governo moçambicano, atribuindo o fracasso do ProSAVANA à feroz resistência ao autoritarismo do Governo do País. Embora os estudos tendam a tratar o caso como uma exemplificação do envolvimento dos actores brasileiros em Moçambique, poucas publicações ainda discutiram o envolvimento do Japão neste projecto de desenvolvimento tripartido. Uma excepção é a análise de Funada-Classen (2019) sobre o Japão e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA), que argumenta que ambos são actores manipuladores. Argumentaremos, no entanto, que as diferentes configurações do projecto carregam implicações sobre as suas trajectórias e resultados latentes. Enquanto a WANBAO é um projecto bilateral sino-moçambicano ligado a outros projectos agrícolas chineses, tais como a ATDC, o ProSAVANA foi um projecto *trilateral* envolvendo o Brasil, Moçambique e o Japão. A este respeito, é essencial considerar como o ProSAVANA foi integrado no Programa de Desenvolvimento do Corredor de Nacala (PEDEC-Nacala), impulsionado pelo Japão, por um lado, e os investimentos da Vale/Mitsui na extracção de carvão na região de Moatize, por outro.⁴ O envolvimento do Japão como “parceiro do Norte” tem implicações cruciais para as estratégias de mobilização das OSCs, sendo assim relevante para a nossa compreensão das relações Sul-Sul face às relações Norte-Sul existentes.

⁴ Note-se que, desde o início, a participação da Mitsui nos investimentos da Vale foi de 50 % na extracção de carvão e 15 % na operação ferroviária, demonstrando a cooperação Nipo-brasileira ao nível da empresa.

ENCONTROS LOCAIS COM PROJECTOS AGRO-INFRA-ESTRUTURAIS BRASILEIROS E CHINESES: PROSAVANA E WANBAO

Colocando o ProSAVANA e a WANBAO numa perspectiva comparativa (Chicava *et al.* 2013), o nosso estudo parte da observação de que o Governo moçambicano e os respectivos proponentes trouxeram o ProSAVANA e a WANBAO para Moçambique de forma semelhante e do topo para a base, sem envolver a população local e as OSCs. No entanto, os projectos assumiram trajetórias diferentes, com resultados variáveis ao longo do tempo. A WANBAO passou por um processo de consolidação, enquanto o ProSAVANA enfrentou intensa contestação transnacional por parte de OSCs e foi cancelado antes da implementação da componente Plano Director.⁵ Neste contexto empírico, partimos da sugestão da obra de Scoones *et al.* (2013) para estudar como as práticas transnacionais se entrelaçam com os respectivos contextos político-económicos em que – e a partir dos quais – se dá o envolvimento Sul-Sul. Além disso, sugerimos que a compreensão dos respectivos encontros entre os intervenientes a nível local ajudaria a compreender melhor as trajetórias e os resultados dos projectos. Identificámos três fases distintas que caracterizam cada etapa da vida política transnacional de um projecto, a saber, “chegada”, “controvérsia” e “resultado do encontro”. A “chegada” refere-se a todos os eventos e processos após os quais cada projecto pode chegar ao terreno em Moçambique. A “controvérsia” caracteriza as turbulências decorrentes dos encontros entre cada projecto e os seus intervenientes, especialmente as comunidades afectadas e as OSCs. O “resultado” elabora o que emergiu empiricamente dos encontros entre os diferentes intervenientes.

A PRIMEIRA FASE: CHEGADA

Durante a fase de chegada da WANBAO e do ProSAVANA, ocorreram encontros entre governos e empresas, com pouco envolvimento das comunidades locais ou das OSCs. Embora o ProSAVANA fosse bem conhecido antes de sua implantação, estimulando a mobilização das OSCs, a implementação da WANBAO permaneceu desconhecida para o público.

ProSAVANA (2011-2015)

O ProSAVANA iniciou a sua actividade em 2011, em Nampula, com a sua componente de pesquisa designada Plano de Investigação (PI) e com a instalação do Centro Internacional de Investigação em Ciências Agrícolas do Japão (JIRCAS). A sua contraparte brasileira, a Embrapa, aderiu em 2012. As outras duas componentes são o Plano Director, que prevê o desenvolvimento agrícola do Corredor de Nacala ao longo de 20 anos, e a componente de extensão designada Plano de Extensão e Modelos (PEM) para a divulgação tecnológica.⁶

⁵ Enquanto a componente Plano de Pesquisa (PP) foi concluída, a componente PEM foi implementada apenas parcialmente. No entanto, a execução do Plano Director fracassou.

⁶ Entrevista com um profissional da Embrapa, Brasília, 26 de Abril de 2017.

Muitos estudiosos comentaram sobre a consolidação da rede transnacional entre OSCs brasileiras, japonesas e moçambicanas (Chichava & Durán, 2016; Shankland & Gonçalves, 2016; Shankland, Gonçalves & Favareto, 2016; Durán & Chichava, 2017). Como resultado, essas contestações retardaram consideravelmente a implantação do ProSAVANA. A literatura detalha cinco questões associadas à controvérsia sobre o ProSAVANA:

1. A falta de transparência do Governo moçambicano em relação às OSCs (Monjane e Bruna, 2020, p. 70).
2. A referência discursiva ao suposto desenvolvimento bem-sucedido da região do Cerrado (Folha de S. Paulo, 2011) – narrativa ajustada pelas OSCs com base na percepção brasileira como sendo traumática em termos sociais e ecológicos (FASE, 2016; Shankland & Gonçalves, 2016).
3. A forma como as OSCs encaram a abordagem colonialista do ProSAVANA, retratando o Corredor de Nacala como uma “terra baldia” (Wolford & Nehring, 2015), embora seja uma das regiões mais densamente povoadas de Moçambique.
4. A construção de uma infra-estrutura orientada para a exportação de recursos, ignorando as necessidades infra-estruturais da população local.⁷
5. Os laços existentes entre as OSCs brasileiras e moçambicanas no contexto da contestação internacional da Vale no Corredor de Nacala contribuíram para o receio de novos conflitos (GRAIN & UNAC, 2015; Cezne, 2019).

Destacamos outras três dinâmicas de fundo que alimentaram o cepticismo local do ProSAVANA. Em primeiro lugar, a participação da Vale no ProSAVANA é fundamental para se entender a continuidade das estratégias das OSCs na contestação do projecto. Com efeito, as impressões iniciais das OSCs moçambicanas sobre o ProSAVANA são fortemente influenciadas pelas suas experiências e encontros com a Vale antes de o projecto se estabelecer no País.⁸ A controversa entrada da Vale no Corredor de Nacala é inúmeras vezes considerada como resultado da estreita relação da empresa com o Governo moçambicano. Ademais, essa relação lembra como o Estado mobilizou forças policiais contra as comunidades afectadas (ADECRU, 2013). Neste contexto, as práticas e estratégias utilizadas pelos *Afectados pela Vale* (AV), tais como relatórios-sombra e “caravanas” (ver também Cezne, 2019, p. 1180), foram posteriormente reproduzidas na contestação do ProSAVANA (FASE, 2016). O segundo factor que contribui para o cepticismo-local entre as OSCs contra o ProSAVANA é a percepção de fracasso da cooperação trilateral oficial. As OSCs criticam que a pesquisa agrária em Nampula pela Embrapa e pela JIRCAS seja realizada separadamente e, em parte, da mesma cultura. Daí resultou a falta de credibilidade de que se tratasse de uma cooperação genuína. Ao mesmo

⁷ Entrevista com um representante da ORAM, Maputo, 24 de Março de 2016.

⁸ Entrevista com um ex-pesquisador do PACS, Instituto para Políticas Alternativas para o Cone Sul, Rio de Janeiro, 22 de Março de 2017.

tempo, as congêneres moçambicanas foram marginalizadas na pesquisa e nos estudos técnicos. Por exemplo, o Instituto de Investigação Agrária de Moçambique (IIAM) que no discurso oficial representava um dos três parceiros de cooperação, mal esteve presente. A acrescer a isso, o pessoal moçambicano só era contratado para trabalhos não qualificados.⁹

Por último, as redes transnacionais foram estabelecidas como resultado de eventos assinaláveis, correspondência e repercussões (cf. o modelo bumerangue no capítulo de Saendig e Honke em Honke *et al.*, 2024). Essas redes de OSCs foram-se consolidando cada vez mais ao longo do tempo. Por exemplo, OSCs japonesas¹⁰ juntaram-se à causa em 2012, após uma declaração pública da União Nacional dos Camponeses (UNAC) de Moçambique. Outro exemplo é a organização de viagens de intercâmbio pela UNAC e pela Organização Rural de Ajuda Mútua (ORAM) ao Cerrado brasileiro e ao Corredor de Nacala, seguidas de declarações públicas e carta aberta aos três governos (Durán e Chichava, 2017, p. 281). As OSCs brasileiras também utilizam espaços participativos, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, como plataforma de activismo. Outros eventos importantes são, por exemplo, as Conferências Trilaterais dos Povos, realizadas em Agosto de 2013 e Julho de 2014, que permitiram reunir mais OSCs e, eventualmente, estiveram na origem de uma rede que permitiu uma troca de informações mais regular. Por exemplo, um estudo intensivo do Plano Director do ProSAVANA foi apresentado pela “Campanha Não ao ProSAVANA” (doravante “Campanha Não”), liderada por OSCs moçambicanas. A Campanha Não é uma rede transnacional de OSCs lançada em Junho de 2014, em Moçambique, e que deu seguimento às actividades iniciadas anteriormente. A campanha inclui OSCs, ONGs, organizações de base e académicos de Moçambique, Brasil e Japão, que criticam o modelo de desenvolvimento do ProSAVANA (FASE, 2016).¹¹ A academia também se envolveu através, por exemplo, da análise do discurso (ver Classen, 2013). Materiais escritos e em vídeo foram divulgados através desta rede (Schlesinger, 2014; ADECRU, 2015; FASE, 2015). É importante ressaltar que tais documentos não apenas problematizaram a cooperação/investimento ProSAVANA, como também serviram para mostrar a identidade e o posicionamento de cada OSC, criando assim, e a partir de baixo, uma “Cooperação Sul-Sul dos Povos” (FASE, 2016). Por exemplo, enquanto os representantes das OSCs moçambicanas enfatizavam que aprenderam interagindo com as suas congêneres brasileiras, as OSCs brasileiras manifestaram a sua solidariedade e compromisso ao nível mais alto.¹²

⁹ Entrevista a um representante da “Campanha Não ao ProSAVANA”, Maputo, 30 de Agosto de 2017.

¹⁰ Incluem, por exemplo, a ATTAC Japão, o Centro Internacional de Voluntariado do Japão e o Fórum África-Japão.

¹¹ O número de organizações envolvidas diminuiu ao longo do tempo em Moçambique devido à pressão política.

¹² Entrevista com um representante da FASE, 8 de Março de 2017, e Livaningo, Maputo, 30 de Agosto de 2017.

A WANBAO iniciou as suas operações em 2007. O Governo moçambicano concedeu à Hubei Lianfeng Mozambique Company (HLMC) 300 hectares de terra para o projecto “*Hubei-Gaza Friendship Farm*” ou “Fazenda da Amizade Hubei-Gaza”, afiliado à Lianfeng Overseas Agricultural Development Company, uma Empresa Estatal de nível provincial afiliada ao *Bureau of State Farms and Land Reclamation*, sob a alçada do Governo Provincial de Hubei, da China (Chichava, 2014b; Madureira, 2014). A intenção era, entre outras, restaurar o elevado índice de produtividade daqueles campos agrícolas, tal como no período colonial, altura em que os agricultores portugueses ocuparam as terras para o cultivo do arroz.¹³ A outra intenção era a transferência de tecnologia da produção de arroz para os agricultores locais. Um gestor da WANBAO mencionou que durante a época colonial, a produtividade do arroz chegava a cerca de 4 a 5 toneladas/ha.¹⁴

No entanto, os moradores há muito que se tinham esquecido da produção de arroz à volta dos campos do Baixo Limpopo. Com o fim do colonialismo, a produção de arroz naquela área caiu a pique.¹⁵ A infra-estrutura de irrigação foi danificada. Os camponeses locais apoderaram-se gradualmente dos campos para produzir uma variedade de culturas locais para auto-sustento, apesar da sua capacidade financeira limitada, baixo índice de alfabetização e falta de entusiasmo em relação à cultura do arroz.¹⁶ Os seus métodos de produção baseavam-se essencialmente na tecnologia rudimentar, dependendo do sistema de rotação de culturas, e eram vulneráveis às condições meteorológicas. Além disso, as terras que deixaram de ser utilizadas para a agricultura passaram a ser utilizadas para a criação de gado. Essas eram as únicas fontes de subsistência para muitos naquela comunidade. A cultura do arroz era um mito, pelo menos naquelas áreas do Xai-Xai.¹⁷

Por volta de 2007 e 2008, com as crises de cereais internacionais (Hossain *et al.*, 2014; Brito *et al.*, 2015), o Governo associou estrategicamente o seu interesse à estratégia global da China. O Governo, liderado pelo Presidente Armando Emílio Guebuza, aproveitou a oportunidade para uma colaboração experimental com a China na agricultura no Xai-Xai. Recordando os níveis anteriores de produtividade do arroz na região, a cooperação foi apresentada como um meio

¹³ Entrevista com um gestor chinês da WANBAO, realizada a 13 de Novembro de 2018, na província de Gaza. Entrevista com um alto funcionário do governo a nível provincial a 19 de Novembro de 2018.

¹⁴ Entrevista com um Gestor da WANBAO, da China, a 13 de Novembro de 2018, na Província de Gaza.

¹⁵ Nos distritos próximos de Chókwè, caiu consideravelmente. Ainda assim, manteve-se baixo durante todo o período após a independência, com poucas recuperações dignas de realce, principalmente devido ao fomento da produção de arroz por uma empresa privada do agronegócio chamada Mozfer Indústrias Alimentares.

¹⁶ DGF (Discussões dos Grupos Focais) com camponeses locais a 15 de Novembro de 2018, na província de Gaza. Entrevista com residente afectado pelo projecto, a 15 de Novembro de 2018.

¹⁷ Na entrevista a um chefe do quarteirão que também perdeu as suas terras e não aderiu ao regime de produção de arroz, o chefe mencionou ter negado aderir ao regime de produção de arroz WANBAO por medo: «Eu nunca soube o que era produzir arroz (...), eu pensava que era um bicho de sete cabeças», disse e riu-se às gargalhadas, alegando que não sabia nada sobre a produção de arroz, mais tarde mostrando arrependimento por não ter aderido (Entrevista com chefe de quarteirão no Bairro 3, Xai-Xai, Novembro de 2018).

de aumentar a produtividade agrícola para os níveis anteriores através dos conhecimentos especializados detidos pelos chineses.¹⁸ Os objectivos podem ser considerados positivos em termos de desenvolvimento da comunidade e do País, tais como (i) alcançar a auto-suficiência na produção de arroz, (ii) transferência de tecnologia para os agricultores locais e ainda (iii) criar capacidade de exportação. No entanto, não envolveu as comunidades locais, que não foram consultadas nem informadas, apesar dos possíveis efeitos nos seus meios de subsistência. Entre 2007 e 2011, ocorreram alterações significativas no âmbito do projecto. A gestão passou da Empresa Estatal, HLMC, para uma entidade privada, a WANBAO. A nova empresa gestora, WANBAO, aumentou significativamente o investimento, com uma promessa de USD 289 milhões (Chichava, 2015) para os cinco anos seguintes. Entretanto, o Governo moçambicano aumentou consideravelmente a concessão de terras para o projecto de cultivo de arroz, em 2011. No entanto, pouco se sabe sobre o que levou exactamente a essas mudanças. Deste período emergem duas explicações diferentes: a primeira, afirmada pelo pesquisador moçambicano Chichava (2014b), alega que os problemas financeiros da HLMC levaram a uma mudança de gestão para a WANBAO (WAADL), uma empresa privada, em 2011 (Chichava, 2014b). O segundo pressuposto, desenvolvido pelo pesquisador chinês Zhang (2019), sugere que ambas as partes, Moçambique e China, ficaram satisfeitas com os resultados experimentais na “fazenda da amizade”, pelo que decidiram aumentar a dimensão do projecto. Da mesma forma, poucas informações foram divulgadas sobre a existência da “fazenda da amizade”. O projecto parece não ter vestígios no principal plano de produção agrícola do Governo, assim como também não é reconhecido no “Plano de Acção para a Produção de Alimentos 2008-2011” (ver: Governo de Moçambique, 2008). Embora o plano destinasse mais 22 000 hectares para o cultivo de arroz em todo o País, Xai-Xai não foi especificamente mencionado como parte do território que seria usado para este fim. O público em geral e as OSCs da província de Gaza foram mantidos à margem dos objectivos do Governo naquela área devido à falta de informação pública, que mais tarde se revelou estar no centro da contestação. A percepção geral das OSCs sobre a atitude do Governo é documentada por Sousa (2011, p. 41): *«a falta de comunicação entre o governo e os cidadãos em Gaza tende a ser a norma, excepto durante o período eleitoral.»* Numa primeira fase, o público desconhecia assim a existência da “fazenda da amizade”.

A falta de vitalidade na rede de OSCs em torno do projecto da WANBAO está ligada à dinâmica política a nível provincial e distrital. A província de Gaza é um reduto do partido no poder, a Frelimo, o que torna difícil para as OSCs anti-hegemónicas de fora da província estabelecerem uma base ou mobilizarem apoio na comunidade. Por exemplo, a União Nacional dos Camponeses (UNAC), com sede em Maputo, é o maior movimento nacional

¹⁸ Entrevista com um alto funcionário do governo provincial, Novembro de 2018.

de camponeses do País. Note-se também que o distrito de Chókwè, na província de Gaza, é um dos principais fornecedores de produtos agrícolas para as províncias do Sul. No entanto, a UNAC não tem presença na província de Gaza, apesar da proximidade geográfica entre Maputo e Gaza. Por sua vez, embora a maioria das OSCs na província apoie os objectivos do partido, houve pouca colaboração entre elas. Este isolamento e esta cooptação das OSCs em Gaza pode aumentar a relutância generalizada em discutir ou participar no projecto.

SEGUNDA FASE: CONTROVÉRSIAS

A segunda fase caracteriza-se por encontros entre parceiros de desenvolvimento e investidores com organizações da sociedade civil e comunidades afectadas a nível local, que foram cruciais para moldar a trajectória de ambos os projectos. É de destacar ainda que, nas zonas fronteiriças transnacionais, existiam fricções não apenas nas relações empresa-comunidade, mas também entre as OSCs e os investidores (Tsing, 2011). As categorias como parceiros de desenvolvimento ou OSCs não são homogêneas; os actores têm múltiplos interesses e posicionamentos, embora estejam envolvidos no mesmo projecto. No caso do ProSAVANA, o panorama das OSCs testemunhou uma divisão em dois grupos: os organizados na transnacional “Campanha Não ao ProSAVANA” (doravante “Campanha Não”)¹⁹ por um lado, e aqueles que aceitaram participar na elaboração do novo Plano Director, em colaboração com o Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA)²⁰ de Moçambique, a Agência de Cooperação Internacional do Japão, JICA, e a Agência Brasileira de Cooperação, ABC, por outro. Registou-se igualmente uma mudança de poder em relação ao papel de protagonista dentro do ProSAVANA do Brasil para o Japão. O protagonismo inicial do Brasil na cooperação diminuiu com a impugnação de Dilma Rousseff, que teve lugar em Abril de 2016, resultando na perda de espaços participativos e de recursos para as OSCs brasileiras (ver também Cezne, 2019), tendo o Japão, representado pela JICA, assumido a liderança. Consequentemente, as OSCs japonesas tornaram-se mais activas e, portanto, visíveis na formulação da agenda activista transnacional. No caso do projecto da WANBAO, a segunda fase testemunhou o surgimento de OSCs anti-hegemónicas em Gaza e uma contestação popular aberta liderada por membros da comunidade e OSCs, principalmente contra o Governo. Assim, à coexistência até então relativamente pacífica das comunidades afectadas e da Fazenda da Amizade segue-se o início de encontros caracterizados por fricções.

¹⁹ Em 2018, a Campanha Não ao ProSAVANA abrangeu as seguintes organizações da sociedade civil em Moçambique: Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais – ADECRU, Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Nampula – CAJUPANA, Comissão Diocesana de Justiça e Paz de Nacala – CDJPN, Fórum Mulher – Coordenação para a Mulher no Desenvolvimento, Marcha Mundial das Mulheres Moçambique, Justiça Ambiental (JA!) – Amigos da Terra Moçambique, Liga Moçambicana dos Direitos Humanos – LDH, Livianingo, União Nacional de Camponeses – UNAC.

²⁰ Em Moçambique, o MASA não está representado apenas a nível nacional, mas tem as suas respectivas representações organizadas do topo para a base a nível provincial, por exemplo, a Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural em Nampula (e congéneres noutras Províncias), bem como a nível distrital e administrativo.

No início de 2016, foi criado, em nome dos proponentes do ProSAVANA, um Mecanismo de Coordenação da Sociedade Civil para o Desenvolvimento do Corredor de Nacala (MCSC). Pretendia-se integrar as OSCs moçambicanas no processo de implementação do ProSAVANA e elaborar uma nova versão do Plano Director. Além do MASA, JICA e ABC, envolveu a instituição de pesquisa agrícola Observatório do Meio Rural (OMR) de Maputo, três plataformas de OSCs das respectivas Províncias: PPOSC–N, de Nampula, FONAGNI, do Niassa, FONGZA, da Zambézia e a World Wide Fund for Nature Alliance, da Plataforma de OSCs para a gestão dos recursos naturais.²¹

No entanto, o mecanismo fracassou (ver também Funada-Classen, 2019). Para começar, a “Campanha Não” recusou-se a participar no MCSC, criticando a forma do “topo para a base” e pouco transparente como o mecanismo foi criado; a título de exemplo, as OSCs membros da plataforma foram automaticamente adicionadas ao MCSC. Os membros da “Campanha Não” explicaram ainda que o regime de financiamento – iniciado pela JICA – inviabilizou um resultado alternativo à implementação do ProSAVANA.²²

Mais tarde, a relação entre os representantes da “Campanha Não” e do ProSAVANA tornou-se ainda mais tensa, uma vez que ambas as partes se acusavam mutuamente de se recusarem a comunicar entre si. A Campanha Não tendia a ser um grupo mais centralizado de OSCs sediadas em Maputo – portanto, potencialmente com melhores ligações às OSCs transnacionais e com um acesso relativamente melhor a fundos. Os proponentes do ProSAVANA afirmavam, assim, que a Campanha Não era mais poderosa do que os próprios governos, mas os seus membros eram guiados por interesses estrangeiros e não estavam dispostos a promover o desenvolvimento em Moçambique. Enquanto isso, os membros da Campanha Não culpavam os proponentes do ProSAVANA pela sua relutância em enviar respostas oficiais – por escrito e de forma vinculativa – às reivindicações das OSCs articuladas na Campanha Não. Também acusavam as OSCs da província de Nampula, no Norte do País, de aderirem ao mecanismo, sendo assim ingênuas e propensas a manipulações. Pelo contrário, as OSCs de Nampula vêem a adesão ao mecanismo como uma oportunidade para participar na elaboração de um novo Plano Director do ProSAVANA e influenciar positivamente este último.²³

Por último, questões como a transparência e a desconfiança no seio do MCSC acabaram por conduzir a mais fragmentações. As OSCs que participam no MCSC também confirmaram a

²¹ As denominações completas são: para Nampula: Plataforma Provincial das Organizações da Sociedade Civil de Nampula (PPOSC–N), para o Niassa: Fórum das Organizações Não Governamentais do Niassa (FONAGNI), para a Zambézia: Fórum das Organizações Não Governamentais da Zambézia (FONGZA). Aliança das Plataformas da Sociedade Civil que Trabalham da Gestão de Recursos Naturais.

²² Entrevista realizada com um representante da Campanha Não ao ProSAVANA, 7 de Agosto de 2017.

²³ Entrevista realizada com um ex-membro do MCSC, Nampula, Agosto de 2017.

falta de transparência no que diz respeito ao financiamento e ao acesso à informação. Devido a uma estreita aliança entre os membros directivos do mecanismo, nomeadamente as agências de implementação do ProSAVANA e os chefes das respectivas plataformas de OSCs, outras OSCs participantes foram sendo gradualmente marginalizadas. Suspeitavam que os membros do comité directivo tivessem sido levados pelos seus interesses pessoais e reproduzido práticas pouco transparentes, em vez de promoverem uma participação pública significativa.²⁴ De acordo com a Campanha Não, as OSCs participantes exigiram o consentimento do MASA para falar sobre o mecanismo, resultando no abandono do OMR como especialistas em desenvolvimento rural, enfraquecendo ainda mais o mecanismo.²⁵

Encontros Polémicos entre o Estado e as OSCs moçambicanas

A abordagem do Governo moçambicano ao projecto – recorrendo a actores externos e ignorando as OSCs e as comunidades nacionais moçambicanas – foi alvo de críticas de ambos os lados. Um entrevistado afirma que a pressão para implementar o ProSAVANA veio do Governo moçambicano, embora pareça que a JICA foi o órgão que correu para mais uma ronda de consultas comunitárias. Tendo em conta as condições locais, tanto a percepção material como cultural do ritmo, as comunidades teriam preferido mais tempo para se prepararem antes da consulta. De acordo com a percepção deste entrevistado, predominantemente, o Governo moçambicano hesitou, se é que não resistiu, em reconhecer as competências das OSCs.²⁶ Além disso, um representante da OSC da Campanha Não acrescentou que a sua oferta de apoio e abertura parecia não interessar nem ao MASA nem à JICA.²⁷

O posicionamento problemático do Governo moçambicano tornou-se ainda mais evidente durante o encontro de representantes do Governo e da sociedade civil na Terceira Conferência Popular Trilateral, realizada em Outubro de 2017, em Maputo.²⁸ As autoridades do MASA rejeitaram categoricamente as alegações e argumentos apresentados por camponeses afectados e membros da Campanha Não contra o ProSAVANA. Este encontro revela não só as fronteiras polarizadas entre as OSCs críticas e o MASA, mas também o desrespeito desta última para com a sua população camponesa e as OSCs do País. Além disso, a rede transnacional de OSCs é ainda mais restrita, uma vez que uma representante japonesa das OSCs do Centro Internacional de Voluntariado do Japão, que costumava participar nestes

²⁴ Entrevista com um representante da OSC anteriormente pertencente ao mecanismo de diálogo, Nampula, Agosto de 2017.

²⁵ Entrevista com um representante da Campanha Não ao ProSAVANA, a 7 de Agosto de 2017.

²⁶ Entrevista realizada com um ex-membro do MCSC, Nampula, Agosto de 2017.

²⁷ Entrevistas com um representante da Campanha Não ao ProSAVANA, a 7 de Agosto de 2017.

²⁸ Notas, participação na 3.ª Conferência Popular Trilateral, Maputo, Outubro de 2017.

encontros internacionais, já não pode entrar em Moçambique, temendo pela sua vida.^{29/30} Isto deve-se à atitude hostil do Governo moçambicano para com os seus críticos.

Refazer o Activismo Transnacional

O avanço do Japão reflecte-se na presença contínua da JIRCAS e dos extensionistas japoneses na Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Nampula.³¹ No fundo, no entanto, as OSCs japonesas têm intervindo com sucesso por intermédio de instituições japonesas através de uma variedade de práticas em nome das OSCs moçambicanas. Por exemplo, a prática de advocacia no parlamento japonês, assim como o envio de uma carta aberta ao presidente da JICA em Fevereiro de 2017, resultaram na suspensão do financiamento do mecanismo³² (Funada-Classen, 2019). As OSCs japonesas também apoiaram as suas homólogas moçambicanas na apresentação, mediante a condição de anonimato, de um pedido de objecção com base nas Directrizes da JICA para considerações ambientais e sociais. Nestes termos, 11 camponeses da região afectada apresentaram as suas reivindicações à JICA. Em Julho de 2017, uma delegação de uma Comissão de Terceiros começou a investigar essas alegações. Embora o Brasil, na qualidade de parceiro de cooperação, seja menos visível, o intercâmbio transnacional de conhecimentos e de informação através da Campanha Não, com base regional em Maputo, continuou nos três países. No entanto, as OSCs do Norte de Moçambique já não estão em contacto com as suas congéneres japonesas e brasileiras no contexto do ProSAVANA; pelo contrário, a comunicação transnacional é mantida através da Campanha Não, que tem a sua sede regional em Maputo. Esta situação reflecte como a divisão entre as OSCs de Moçambique exclui parte delas da rede transnacional. Além disso, ao vincular retoricamente o ProSAVANA ao MATOPIBA, uma agrofronteira localizada no Cerrado brasileiro, a Campanha Não discute o ProSAVANA como um assunto interno brasileiro,³³ transformando em parte o ProSAVANA e o MATOPIBA em sinónimos.³⁴ Não obstante, o envolvimento real do governo brasileiro no ProSAVANA é opaco além da sua participação oficial: o funcionário da Embaixada do Brasil, em representação do ABC, é responsável pelo ProSAVANA entre um total de 40 projectos de cooperação,³⁵ enquanto a representação brasileira no escritório do ProSAVANA no MASA encontra-se vaga.³⁶

²⁹ Naoko Watanabe, representante do Centro Internacional de Voluntariado do Japão, já teve o acesso negado a Moçambique em Setembro de 2017, no contexto das reuniões ministeriais da TICAD devido a uma entrevista realizada com um representante da OSC japonesa em Tóquio, a 24 de Setembro de 2018. Houve uma petição sobre Change.org solicitando a concessão de um visto para Naoko.

³⁰ Entrevista com um membro da OSC japonesa, Tóquio, 18 de Setembro de 2018.

³¹ Entrevista com o "ponto focal" do ProSAVANA e visita da Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Nampula, 11 de Agosto de 2017.

³² Entrevista com um representante da JICA, Maputo, 29 de Agosto de 2017.

³³ Entrevista com um representante da CPT, Goiânia, 24 de Abril de 2017.

³⁴ Entrevista com um representante do CIMI, *online* via Skype, 3 de Maio de 2017.

³⁵ Entrevista com representante da Agência Brasileira de Cooperação Internacional (ABC), Maputo, 27 de Julho de 2017.

³⁶ Entrevista e visita ao MASA, Maputo, 1 de Agosto de 2017.

No terreno, os desfasamentos entre as necessidades dos camponeses e o programa ProSAVANA tornaram-se evidentes num estudo-piloto realizado através da componente PEM na comunidade de Monapo (Província de Nampula).³⁷ Ao abrigo desta componente, os camponeses cultivam uma parcela com sementes híbridas melhoradas, compradas anualmente. Embora confirmem a melhor qualidade destas culturas, por exemplo, o repolho, também referem uma maior procura de fertilizantes, água e mão-de-obra. Este aspecto está relacionado com a falta de água e de equipamento de rega, que eles pensavam que seria fornecido pelo projecto. De acordo com um funcionário da JICA³⁸, as comunidades receberiam equipamento de rega na condição de o refinanciarem para outras comunidades. Do mesmo modo, espera-se que restituam os fertilizantes e as sementes. Por conseguinte, a fonte de financiamento necessária para cumprir estas obrigações continua por esclarecer. Além disso, os camponeses referiram que tinham sido expulsos das suas terras de origem antes de participarem no estudo piloto. As terras abrangidas pelo estudo piloto também fazem parte de outro conflito de terras, em que os camponeses são obrigados a indemnizar os antigos utilizadores. Estes relatos revelam a discrepância existente entre as ideias japonesas e a realidade moçambicana e mostram como a alegada Cooperação Sul-Sul mudou para um esforço Norte-Sul malsucedido e com realidades conflituosas.

WANBAO – Meios de Subsistência Baseados na Terra e Controvérsias (2012-2017)

A segunda fase da WANBAO começou depois de o Governo transferir terras para a empresa privada chinesa. Caracteriza-se pela expansão das operações da empresa além da “Fazenda da Amizade”, em 2012, surgindo confrontos com os camponeses das proximidades e pelo surgimento de OSC anti-hegemónicas envoltas em controvérsias. O Governo atribuiu à empresa mais terras, que anteriormente estiveram ocupadas, sem a aprovação nem o conhecimento dos ocupantes. O acordo foi fechado em segredo entre o Governo e a WANBAO, enquanto os camponeses seguiam a sua rotina de produção agrícola. Estes ficaram chocados quando descobriram repentinamente que máquinas operadas por chineses estavam a destruir as suas culturas que ainda não estavam prontas para ser colhidas e que tinham sido recentemente plantadas em Janeiro de 2012.³⁹ Por isso, reuniram-se e tentaram impedir a destruição da sua fonte de subsistência enquanto tentavam descobrir o que estava a acontecer. Esta situação marca o primeiro encontro em que os chineses aparecem como invasores das terras agrícolas dos camponeses locais.

³⁷ Notas sobre a visita de campo realizada a 17 de Agosto de 2017.

³⁸ Entrevista com um representante da JICA, Maputo, 29 de Agosto de 2017.

³⁹ Entrevista com diferentes camponeses directamente envolvidos ou não no novo contrato de agricultura com a WANBAO, Xai-Xai, Novembro de 2018.

Apesar da barreira linguística, os camponeses reconheceram que os chineses estavam autorizados pelo Governo a fazê-lo porque eram remetidos a este último. Os esforços para obter uma explicação do Governo e uma nova perspectiva para os seus meios de subsistência foram inúteis. A destruição contínua das terras ocupadas por maquinaria pesada, por um lado, e os esforços persistentes dos camponeses para recuperar as suas terras ou receber indemnizações, por outro, criaram as condições para um confronto.⁴⁰ O conflito foi aumentando gradualmente à medida que mais pessoas eram afectadas pela actividade expansionista da empresa, sem que fossem apresentadas soluções estruturadas. Foram realizadas várias reuniões com representantes do Governo através da empresa estatal moçambicana, directamente envolvida na gestão do solo e da água, o Regadio do Baixo Limpopo (RBL).⁴¹ Durante essas sessões, o interlocutor do Governo prometeu atribuir terras aos camponeses, sem especificar o tipo nem a localização das referidas terras, mas a promessa não foi cumprida. Também sugeriram o pagamento de indemnizações, embora os camponeses vezes sem conta se queixassem de não receber qualquer indemnização. Em Janeiro de 2013, graves cheias atingiram a província de Gaza, que afectaram cerca de 85 mil pessoas. Alegadamente, foram necessários 13 milhões de dólares para restaurar a capacidade de produção (ver Júnior, 2013). Alguns afirmaram que quando as cheias ocorreram em 2013, as conversas e promessas terminaram. Os registos do número estimado de afectados variava entre 500 (para mais pormenores, ver Journal@Verdade, 2013; Sábio, 2019) a 80 000⁴² (Ver mais informações em Issufo, 2012; Canalmoz, 2014). Enquanto o Governo reservava o seu papel para enquadrar as narrativas sobre o projecto chinês de produção de arroz, a Empresa Estatal moçambicana, RBL tentou apaziguar as comunidades afectadas. O envolvimento das OSCs parece ter sido impulsionado, em parte, pela cobertura mediática da questão.⁴³ Durante o que é conhecido como a crise do campesinato do Xai-Xai, o FONGA, uma OSC local liderada pelo cidadão de Gaza, o Dr. Anastácio Matavele tornou-se porta-voz das questões dos cidadãos, em particular à volta do projecto da WANBAO. O FONGA acolheu o caso e continuou a representar os camponeses, manifestando as suas preocupações e mobilizando as OSCs nacionais sediadas em Maputo, assim como a comunidade académica, em torno deste caso. Além de aparecer como interlocutor perante o Governo e através dos *media* tradicionais, o líder do FONGA escreveu cartas a denunciar a situação como uma expropriação de terras, tendo enviado por *e-mail* para académicos e OSCs.

⁴⁰ Vários relatos de membros da comunidade e camponeses, Xai-Xai, Novembro de 2018.

⁴¹ DGF com camponeses afectados pelo projecto e envolvidos no sistema de agricultura sob contrato com a WANBAO, Xai-Xai, Novembro de 2018.

⁴² A grande diferença deve-se à ausência de associação camponesa ou registo das suas actividades. A sua actividade era informal e praticada individualmente.

⁴³ Notas de trabalho de campo baseadas em interacções, Novembro de 2018.

A visibilidade do conflito continuou a aumentar após as cheias de 2013, com mais OSCs⁴⁴ a juntarem-se e a mobilizarem-se a favor das comunidades afectadas. Estes uniram esforços na organização de marchas com os camponeses e forneceram-lhes mais apoio. Apesar das crescentes contestações das comunidades e do envolvimento das OSCs, o Governo não se pronunciou publicamente sobre as reivindicações. Pelo contrário, manteve-se em silêncio e apoiou o projecto, dissimulando as preocupações da comunidade.

A TERCEIRA FASE: RESULTADO (ABORTO VS. INTEGRAÇÃO)

A terceira fase caracteriza o período de consolidação e aborto, respectivamente. Embora o Japão inicialmente tenha aumentado os seus esforços no sentido de avançar no ProSAVANA, o projecto foi cancelado em meados de 2020. O recuo do Japão foi acompanhado pelo anúncio da Vale de se desfazer do negócio de carvão e pela inviabilização de ambos os empreendimentos. Em contrapartida, os implementadores do projecto da WANBAO, incluindo profissionais chineses, pareceram chegar gradualmente a um entendimento mútuo com as comunidades locais. No entanto, prevalecem divergências e queixas dos camponeses em relação às autoridades locais, embora não tenham sido demonstradas publicamente.

ProSAVANA - Aborto (2017 - 2020)

Nesta fase, na qualidade de parceiro de cooperação, o Japão continua em primeiro plano, enquanto a participação do Brasil permanece incerta (Funada-Classen, 2019). Além do ProSAVANA, o Japão continua envolvido noutros investimentos no programa PEDEC de Desenvolvimento de Nacala através da modernização rodoviária e de novas infra-estruturas, prevendo também a exploração de gás natural em Palma, contando com a participação da Mitsui (Funada-Classen, 2019). Em Agosto de 2018, o ProSAVANA foi condenado por violações dos direitos humanos pelo Tribunal Administrativo de Maputo devido a um processo da Ordem dos Advogados de Moçambique decorrente do facto de o MASA continuar a não prestar informações sobre o ProSAVANA (GRAIN, 2018). Em meados de 2020, o MASA anunciou o aborto oficial do ProSAVANA (Da Silva, 2020). De acordo com Funada-Classen (2019, p. 56), trata-se de um resultado indirecto do pedido de objecção de 2017. Embora o comité de visitantes não tenha confirmado as alegações do pedido de objecção, como condição para continuar o financiamento da elaboração do Plano Director participativo, recomendou que todos os actores, incluindo a UNAC e a Campanha Não, fossem incluídos no processo decisório do ProSAVANA. No entanto, as críticas mostram alguma suspeição em relação a essa afirmação, esperando-se que o ProSAVANA pudesse continuar sob o rótulo de

⁴⁴ Entre as OSCs envolvidas estão a Justiça Ambiental, Liga Moçambicana dos Direitos Humanos, Centro de Integridade Pública, Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais, União Nacional dos Camponeses (UNAC) e FONGA.

SUSTENTA (Ibidem).⁴⁵ Este processo coincide com o anúncio da Vale/Mitsui de se desfazer do negócio de carvão, vendendo os seus investimentos para a Vulcan Minerals, uma subsidiária da mineradora indiana Jindal. De acordo com a AV (International Articulation of those Affected by Vale (AIAAV), 2021), a saída da Vale coincidiu com o fim da concessão de benefícios fiscais por parte do Governo moçambicano. A Vale deixou para trás vastos danos sociais e ecológicos, em relação aos quais os AV duvidavam que a Vale fosse responsabilizada. Com efeito, a saída da Vale pode ser atribuída à mudança estratégica da empresa (Vale, 2021). No entanto, a suspensão do ProSAVANA pode ser atribuída a um fracasso geral da estratégia de cooperação trilateral, uma vez que o período inicial do ProSAVANA era de 20 anos (Wolford e Nehring, 2015).

Os encontros tiveram lugar no âmbito da Campanha Não, por exemplo, no contexto da Quarta Conferência Trilateral dos Povos, realizada em Tóquio, em Novembro de 2018. À semelhança de reuniões trilaterais anteriores, representantes de OSCs e camponeses dos três países estiveram envolvidos, denunciando violações e exigindo o aborto completo do ProSAVANA. As denúncias contra as autoridades públicas japonesas relativas à JICA e à Mitsui incluíram o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão e o Banco Japonês para a Cooperação Internacional, particularmente no que diz respeito aos investimentos no Corredor de Nacala. Além das denúncias referentes a estas entidades, também foram denunciadas as violações atribuídas a agentes japoneses no Brasil. Incluem violações no contexto do PRODECER e do MATOPIBA, na Região do Cerrado, bem como as cometidas pela Vale no contexto do projecto Estrada Ferrovia Carajás no Brasil.⁴⁶ Neste contexto, os participantes moçambicanos e brasileiros não só visitaram agricultores japoneses, como sublinharam a sua solidariedade para com eles e a determinação em continuar nesta luta comum. As autoridades japonesas são criticadas pelas suas visões colonialistas do Cerrado e do Savana, pois são vistas apenas como fornecedoras de recursos, sem considerar as necessidades e as reivindicações das comunidades afectadas no Brasil e em Moçambique. Na Declaração de Tóquio (Campanha Não ao ProSAVANA, 2018), as OSCs associaram ainda a persistente ignorância deliberada do Japão sobre estas questões e a sua abstenção de aprovar a Declaração do Camponês e a Protecção dos Trabalhadores Rurais em 2018 (UN General Assembly, 2018). Este encontro revela a contínua relevância dos investimentos da Vale para a contestação do ProSAVANA e o desenvolvimento do Corredor de Nacala, que representa mais um terreno comum em que a Campanha Não denuncia violações dos direitos humanos em ambos os locais (Aguiar, 2018). Publicações conjuntas sobre o futuro do desenvolvimento do corredor de Nacala, bem como a realização colectiva de um seminário online em Moçambique sobre a reforma agrária brasileira, demonstram a continuação da colaboração transnacional das OSCs (FASE, 2021).

⁴⁵ Um programa de desenvolvimento agrícola que visava integrar os pequenos agricultores nas cadeias de valor. (FNDS 2020.)

⁴⁶ A Estrada Ferrovia Carajás refere-se a uma mina a céu aberto localizada no Sul do estado do Pará, operada pela Vale para a extração de bauxite e, ligada a ela, a infra-estrutura logística para exportação de material através da Estrada Ferrovia Carajás.

O termo integração é aqui utilizado com dois sentidos. O primeiro é a inclusão de camponeses das comunidades afectadas no projecto de cultivo do arroz da WANBAO, uma vez que não havia terra para devolver aos camponeses e devido à sua contínua resistência. De acordo com os membros da comunidade, esta fase começou por volta de 2014, embora os conflitos da segunda fase não tenham sido totalmente resolvidos, estando, pelo contrário, latentes.⁴⁷ A integração também se refere ao processo gradual de aceitação do projecto pela comunidade e à mudança de atitude em relação aos profissionais chineses no terreno.

O processo de integração dos agricultores locais no regime de produção de arroz da WANBAO foi um tanto desestruturado e foi alvo de suspeitas e críticas. Os camponeses, que estavam entre os primeiros membros do lote a aderir à WANBAO, declararam que foram convidados a aderir ao regime quando cultivavam em campos em litígio, como um gesto de resistência contra a ocupação chinesa da terra, uma vez que não lhes tinha sido dada uma fonte alternativa de subsistência.⁴⁸ Outros mencionaram que chineses e pessoal da RBL se deslocavam aleatoriamente pelos bairros e pediam que as pessoas interessadas se juntassem ao projecto.⁴⁹ A partir destas descrições, percebe-se que não havia critérios claros sobre quem deveria ser incluído no regime de produção de arroz, revelando assim uma falta de planificação e coordenação por parte da RBL.

O processo de integração não estruturado suscitou novas suspeitas quanto à natureza da colaboração entre empresas e comunidades. Com efeito, o recrutamento de camponeses poderia estar alinhado com os objectivos da WANBAO de transferência de tecnologia e aumento da produção. No entanto, muitos suspeitavam que também servia como tática da RBL para silenciar os agricultores que continuavam a deslocar-se às terras ocupadas. Para os camponeses afectados que responderam ao apelo, aderir ao regime de produção de arroz parecia ser a única opção, pois mantinha-os ocupados com algumas actividades produtivas e “seguras” em virtude de obterem pequenas rendas da produção do arroz.⁵⁰ Estas famílias tornaram-se cada vez mais dependentes da presença da WANBAO e sujeitaram-se à rotina de trabalho da empresa. Além disso, a integração no regime de cultivo de arroz da WANBAO significava aceitar os termos e condições dos gestores chineses, os quais decidiriam o uso da terra e a sua produção. Em consequência disso, os agricultores participantes perdem a liberdade de aplicar tecnologias alternativas ou de cultivar outras culturas para diversificar os seus meios de subsistência de uma forma que a mera integração no programa de produção de arroz da WANBAO não podia oferecer. A predominância do cultivo do arroz agrava

⁴⁷ Entrevistas com camponeses em Xai-Xai, Novembro de 2018.

⁴⁸ Entrevista com agricultoras envolvidas com a WANBAO, em Novembro de 2018, e em DGF, em Novembro de 2018.

⁴⁹ Entrevista com o chefe do quarteirão local, que também perdeu as suas terras para a WANBAO, Novembro de 2018.

⁵⁰ DGF com agricultores locais envolvidos com a WANBAO, Novembro de 2018.

ainda mais a sua já má qualidade de vida. No entanto, e com o passar do tempo, os chineses começaram a reconsiderar a possibilidade de permitir que os agricultores locais produzissem mais culturas no sistema de agricultura ao abrigo do contrato da WANBAO. É suposto que esta medida melhore o seu nível de vida sem afectar o cultivo de arroz. Este gesto pode ser visto como uma adaptação da visão corporativa à realidade vivida.

Um número significativo de pessoas permaneceu excluído do regime de produção de arroz: algumas dessas pessoas optaram por não aderir ao regime logo à partida ou continuaram a manifestar curiosidade quanto ao funcionamento do regime, enquanto outros desistiram e optaram por não participar. Com o passar dos anos, alguns camponeses integraram-se mais no projecto da WANBAO do que outros. Enquanto isso, foram seguidos diferentes caminhos e vividas diferentes experiências no seio dos membros das comunidades afectadas. Dado o sucesso demonstrado por alguns participantes, outros que anteriormente se tinham recusado a participar no programa começaram a mostrar interesse ou desejo de aderir quando a oportunidade surgiu. Além disso, embora não universais, estes interesses foram acompanhados por uma mudança na percepção da presença chinesa, mudando gradualmente para uma atitude mais receptiva de que os chineses no terreno são boas pessoas. Com efeito, os camponeses locais, envolvidos e excluídos do projecto de investimento da WANBAO, tendem a aproximar-se paulatinamente dos trabalhadores chineses, que já não são vistos como seus inimigos. Aqueles que permaneceram no programa acreditavam que valia a pena continuarem a trabalhar com os chineses, apesar das reclamações de actos de injustiça. Estas reclamações eram menos dirigidas aos gestores chineses, mas mais aos chefes da RBL, que só apareciam na época das colheitas como mediadores entre os chineses e os camponeses locais.

As comunidades afectadas, integradas ou não no regime de produção de arroz, apontaram o dedo ao Governo, ainda que timidamente. Os agricultores integrados queixaram-se de que os chefes da RBL inflacionavam os custos de produção e realizavam outras manobras financeiras que visavam extorqui-los.⁵¹ Por sua vez, os camponeses não integrados que tinham perdido as suas terras começaram a perceber a importância de se organizarem em associações para ganhar mais peso e negociar com o Governo para reivindicar os seus direitos. Além disso, apesar das prerrogativas de alinhamento com o partido dominante, as experiências que esses camponeses tiveram em resultado do estabelecimento da WANBAO levaram-nos a ser mais abertos e a ter uma atitude mais receptiva às OSCs anti-hegemónicas que defendiam os seus direitos.

⁵¹ DGF e entrevista com camponeses locais envolvidos com a WANBAO, Novembro de 2018.

COMPARAÇÃO E CONCLUSÃO

Tal como se pode constatar neste artigo, o caso do ProSAVANA passa do confronto e da contestação para um posterior cancelamento devido à sua integração no Corredor de Desenvolvimento de Nacala, no acordo de cooperação trilateral do Brasil, que inclui o Japão, e a sua forte associação com a Vale, contestada local e internacionalmente. Comparativamente, o caso da WANBAO passa da experimentação silenciosa para a apropriação de terras e contestação, chegando então a uma nova etapa de adaptação mútua e convivência, apesar dos conflitos persistentes. Além dos aspectos em comum de ambos os projectos, como, por exemplo, o facto de terem arrancado sem o envolvimento das OSCs ou das comunidades locais, e apesar de um início “silencioso” e sem fricções da “fazenda da amizade” da WANBAO ser relativamente semelhante ao estabelecimento dos laboratórios de pesquisa do ProSAVANA, foram observadas diferenças cruciais no terreno ao longo da evolução dos projectos.

Este artigo destaca a integração de projectos e actores nas configurações da economia política a nível provincial e distrital, facto que influenciou a percepção dos intervenientes e a capacidade de extrair resultados das suas respectivas redes. Para ilustrar esta afirmação, a WANBAO está instalada na província de Gaza, relativamente confinada ao regime hegemónico, com um envolvimento incipiente das OSCs locais, e a sua implementação está ligada apenas a outros projectos de investimento chineses, como o ATDC. Por outro lado, o ProSAVANA era um empreendimento trilateral, envolvendo o actor do Norte, Japão, e estava integrado na estratégia de Desenvolvimento do Corredor de Moçambique. Associou-se, assim, aos investimentos da VALE/Mitsui em infra-estruturas carboníferas e ferroviárias, o que implicou encontros locais percebidos como violentos, exploradores e potencialmente negativos para o desenvolvimento das comunidades locais. Além disso, tornou-se evidente a aliança do Governo moçambicano com a Vale contra os interesses das comunidades (ver Cezne e Hönke, 2022), alimentando a desconfiança em relação ao envolvimento brasileiro em Moçambique, marcando também a percepção negativa do projecto.

As OSCs do Corredor de Nacala começaram com ligações fortalecidas às OSCs de Maputo e estabeleceram laços transnacionais com as suas congéneres no Brasil, mediadas primeiro através dos AV. Além de possuírem uma linguagem comum, também contribuíram para a história de contestação das OSCs brasileiras e a sua voz na formulação de políticas públicas do Brasil, incluindo as questões Sul-Sul. A adesão das OSCs japonesas contribui para um maior efeito de alavanca. Ademais, as comunidades de OSCs relevantes em Maputo e Nampula situam-se entre as mais significativas e mais estabelecidas em Moçambique, facilitando ainda mais a resistência. No entanto, esses laços internos foram afectados quando o Governo moçambicano tentou integrar as OSCs do Norte através do mecanismo de diálogo na elaboração do ProSAVANA, que se revelou um esforço infrutífero devido a questões de transparência. Por outro lado, no

caso das OSCs de Gaza, há um grupo emergente de OSCs não alinhadas com o regime, tendo as suas contestações sido, pelo contrário, em defesa dos direitos da comunidade. Além disso, estas OSCs emergentes formaram novas alianças com as de Maputo, mostrando resultados promissores na sua ligação com as comunidades afectadas.

A WANBAO não enfrentou a desconfiança das OSCs no seu início. À medida que a WANBAO passava por uma fase de consolidação, as comunidades sofriam impactos directos. Com as suas terras e produtos de sustento tomados, os camponeses viram-se contestando tanto a empresa como o Governo. No entanto, tais esforços foram difíceis devido à sua falta de organização e de conhecimento dos seus direitos. Apesar da aliança política da região com o partido no poder, surgiu uma OSC particular (FONGA), que por sua vez encetou contactos com as suas congéneres. A partir daí, foi gradualmente estabelecida uma rede de OSCs a nível nacional, mas sem laços transnacionais. Até ao momento, não há evidências de envolvimento transnacional de OSCs entre a China e Moçambique (ver capítulos de Waisbich e de Sandig e Honke em Honke *et al.*, 2024).

As trajectórias divergentes dos projectos são moldadas por encontros, ou mais especificamente, pela forma como os diferentes intervenientes – Estado, redes de OSC, comunidades afectadas – se encontraram, como esses encontros, por sua vez, moldaram as suas práticas e se ocorreu alguma adaptação mútua. A WANBAO é um exemplo ilustrativo de como os encontros locais podem mudar positivamente a prática dos diversos actores que estão envolvidos nos encontros com o passar do tempo. Da parte das comunidades, regista-se uma consciência emergente das falhas do Governo e da necessidade de organização comunitária para permitir o controlo e a fiscalização. Por parte dos implementadores do projecto da WANBAO, verifica-se igualmente uma crescente sensibilização para a necessidade de se prepararem melhor para os possíveis impactos e acomodar alguns camponeses. Apesar da observação de que as comunidades e o projecto parecem ter chegado a um modo de convivência, há uma melhoria insignificante dos meios de subsistência dos camponeses. Pode-se até argumentar que em vez de melhorar, as suas condições pioraram em termos relativos. Além de terem um acesso limitado ao arroz produzido, ou têm de comprar ou perdem o acesso a outros alimentos que eles próprios produziam.

Mostramos que a fragmentação no cenário das OSCs provavelmente ocorrerá num contexto de autoritarismo. O Governo de Moçambique é responsabilizado não só pela apropriação ilegal de terras e destruição de culturas na WANBAO, mas também pela sua incapacidade de envolver activamente as comunidades (potencialmente) afectadas e as OSCs locais no processo de implementação, fornecendo informações e protegendo os direitos dos seus cidadãos. Em ambos os casos, o Governo tentou uma política de apaziguamento (bem-sucedida apenas em parte) com resultados divergentes. Na WANBAO, alguns camponeses, que tinham perdido as suas terras, foram aleatoriamente integrados como contratados, enquanto outros actores

foram deixados à margem do processo. No ProSAVANA, as tentativas de integrar partes das OSCs locais num mecanismo de diálogo fracassaram, e qualquer tentativa de integrar os membros da comunidade foram muito superficiais e sob condições questionáveis. Esta situação foi acompanhada pela transnacional Campanha Não, que devido às actividades das suas congéneres no Brasil e no Japão, contribuiu ainda mais para o adiamento e consequente aborto final do ProSAVANA.

O envolvimento das OSCs japonesas foi relevante para que as suas congéneres moçambicanas tivessem acesso a informações do Japão, que de outra forma não estariam disponíveis. As OSCs japonesas também foram cruciais para se conseguir obter uma maior participação, como o pedido de objecção de 2017. Em contrapartida, no caso da WANBAO, a rede transnacional e o envolvimento de ONGs chinesas estiveram ausentes (ver capítulos de Waisbich e de Sandig e Honke em Honke *et al.*, 2024). A comparação também revela o complexo emaranhado entre o envolvimento Sul-Sul e as relações (geopolíticas) Norte-Sul existentes. Isto torna-se evidente no caso do ProSAVANA, onde a retórica Sul-Sul, numa configuração trilateral, serve como estratégia discursiva, obscurecendo os interesses ocultos do Norte. A cooperação trilateral contribuiu para a falta de credibilidade do ProSAVANA quando a não cooperação se tornou óbvia. A retirada parcial do Brasil e o protagonismo do Japão a partir de 2017 transformaram o ProSAVANA numa cooperação Norte-Sul de facto. Este aspecto é exemplificado pela implementação da componente PEM, onde o conceito de desenvolvimento da JICA não responde às necessidades dos camponeses locais. No entanto, essa dinâmica Norte *vs.* Sul também se traduz na contestação transnacional, onde OSCs do Sul do Brasil e de Moçambique culpam o Japão, na qualidade de parceiro de cooperação do Norte, pela exploração do Sul (Brasil e Moçambique).

No entanto, de modo geral, em relação ao desenvolvimento comunitário pretendido, o estudo constatou que estes projectos não deram um contributo significativo, senão até que podem ter contribuído em parte para deterioração das condições de vida das comunidades, mas também para um despertar das OSCs e comunidades sobre os seus direitos e necessidade de maior engajamento em futuros projectos.

REFERÊNCIAS

- ADECRU (2015) Campanha Não ao Prosavana denuncia as irregularidades do processo de Diálogo sobre o ProSavana. *ADECRU*. <https://adecru.wordpress.com/2016/02/22/campanha-nao-ao-prosavana-denuncia-as-irregularidades-do-processo-de-dialogo-sobre-o-prosavana/>.
- ADECRU (2013) Nota das Organizações e Movimentos Sociais sobre a violência e criminalização de manifestantes em Moatize com pedido de medidas urgentes. *ADECRU*. <https://adecru.wordpress.com/2013/04/19/nota-das-organizacoes-e-movimentos-sociais-sobre-a-violencia-e-criminalizacao-de-manifestantes-em-moatize-com-pedido-de-medidas-urgentes/>.
- Aguiar, D. (2018) *Conferência Triangular dos Povos Moçambique-Brasil-Japão inspira caminhos a seguir*. 2018. FASE. <https://fase.org.br/pt/artigos/conferencia-triangular-dos-povos-mocambique-brasil-japao-inspira-caminhos-a-seguir/>.
- Aguiar, D. & Pacheco, M.E.P. (2016) *A Cooperação Sul-Sul Dos Povos Do Brasil e de Moçambique: Memória Da Resistência Ao ProSavana e Análise Crítica de Seu Plano Diretor*.
- Amanor, K.S. & Chichava, S. (2016) South-South Cooperation, Agribusiness, and African Agricultural Development: Brazil and China in Ghana and Mozambique. *World Development*. 81, 13–23. doi: 10.1016/j.worlddev.2015.11.021.
- Banco de Moçambique (2020) *Estatísticas Gerais - Balança de Pagamentos*. 2020. http://www.bancomoc.mz/fm_pgLink.aspx?id=222.
- Bergamaschi, I., Moore, P.V. & Tickner, A.B. (2017) *South-south cooperation beyond the myths: rising donors, new aid practices?* International political economy series; International political economy series (Palgrave Macmillan (Firm)). London: Palgrave Macmillan, Ebook Library <http://public.eblib.com/choice/publicfullrecord.aspx?p=4822939>.
- Brito, L. de, Chaimite, E., Pereira, C., Posse, L., Sambo, M. & Shankland, A. (2015) Revoltas da fome: protestos populares em Moçambique (2008-2012). In: *Agora eles têm medo de nós! Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008-2012)*. Cadernos IESE. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. pp. 1–47. <https://macua.blogs.com/files/agora-eles-t%C3%AAm-medo-de-n%C3%B3s-uma-colect%C3%A2nea-de-textos-sobre-as-revoltas-populares-em-mo%C3%A7ambique-20082012.pdf>.
- Cabral, L. (2018) South-South relations in African agriculture: Hybrid modalities of cooperation and development perspectives from Brazil and China. In: E. Fiddian-Qasmiyeh & P. Daley (eds.). *Routledge Handbook of South-South Relations*. Routledge. p.

- Campanha Não ao ProSAVANA (2018) *Declaração de Tôquio: Reiteramos a rejeição ao ProSAVANA e ao MATOPIBA e defendemos a soberania alimentar dos povos*. <https://farmlandgrab.org/uploads/attachment/Declara%C3%A7%C3%A3o+de+T%C3%B3quio.+Reiteramos+a+rejei%C3%A7%C3%A3o+ao+ProSAVANA+e+ao+MATOPIBA+e+defendemos+a+soberania+alimentar+dos+povos.pdf>.
- Canalmoz (2014) *Polícia acusada de impedir marcha de camponeses em Xai-Xai*. 2014. https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2014/05/pol%C3%ADcia-acusada-de-impedir-marcha-de-camponeses-em-xai-xai.html.
- Castel-Branco, C.N. (2010) *Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique*. https://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESE-PPI/pastas/material_iese/Cadernos_IESE/N1.pdf.
- Cezne, E. (2019) Forging transnational ties from below: Challenging the Brazilian mining giant Vale S.A. across the South Atlantic. *The Extractive Industries and Society*. 6 (4), 1174–1183. doi: 10.1016/j.exis.2019.10.007.
- Cezne, E. & Hönke, J. (2022) The multiple meanings and uses of South–South relations in extraction: The Brazilian mining company Vale in Mozambique. *World Development*. 151, 105756. doi:10.1016/j.worlddev.2021.105756.
- Cheru, F. & Obi, C. (2011) De-coding China–Africa Relations: Partnership for development or ‘(neo) colonialism by invitation’? *The World Financial Review*. (Sep/Oct), 72–75.
- Chichava, S. (2014a) Africa and Brazil: Controversy surrounds Brazil’s most ambitious agricultural project to date in Mozambique. *Africa at LSE*. <https://blogs.lse.ac.uk/africaatlse/2014/02/05/africa-and-brazil-controversy-surrounds-brazils-most-ambitious-agricultural-project-to-date-in-mozambique/>.
- Chichava, S. (2014b) *Chinese Agricultural Investment in Mozambique: the Case of Wanbao Rice Farm*.p.6. <https://www.future-agricultures.org/publications/policy-briefs-document/chinese-agricultural-investment-in-mozambique-the-case-of-wanbao-rice-farm/>.
- Chichava, S. (2015) *Mozambican elite in a Chinese rice ‘friendship’: an ethnographic study of the Xai-Xai irrigation scheme*. <https://www.future-agricultures.org/publications/working-papers-document/mozambican-elite-in-a-chinese-rice-friendship-an-ethnographic-study-of-the-xai-xai-irrigation-scheme/>.
- Chichava, S. & Durán, J. (2016) *Civil society organisations’ political control over Brazil and Japan’s development cooperation in Mozambique: More than a mere whim?* <https://www.lse.ac.uk/international-relations/assets/documents/global-south-unit/WPS3.pdf>.
- Chichava, S., Duran, J., Cabral, L., Shankland, A. & Buckley, L. (2013a) Discursos e Narrativas sobre o engajamento brasileiro e chinês na Agricultura Moçambicana. In: *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. pp. 417–438.

- Chichava, S., Duran, J., Cabral, L., Shankland, A., Buckley, L., Tang, L. & Zhang, Y. (2013b) *Chinese and Brazilian Cooperation with African Agriculture: The Case of Mozambique*.p.31. <https://www.gov.uk/research-for-development-outputs/fac-working-paper-49-chinese-and-brazilian-cooperation-with-african-agriculture-the-case-of-mozambique>.
- Chome, N., Gonçalves, E., Scoones, I. & Sulle, E. (2020) 'Demonstration fields', anticipation, and contestation: agrarian change and the political economy of development corridors in Eastern Africa. *Journal of Eastern African Studies*. 14 (2), 291–309. doi:10.1080/17531055.2020.1743067.
- Classen, S.F. (2019) Ascensão e Queda do ProSAVANA: da Cooperação Triangular à Cooperação Bilateral Contra-resistência. *Observador Rural*. (82). https://www.researchgate.net/publication/337717678_Ascensao_e_Queda_do_ProSAVANA_da_Cooperacao_Triangular_a_Cooperacao_Bilateral_Contra-resistencia.
- Cox, R.W. (1999) Civil society at the turn of the millenium: prospects for an alternative world order. *Review of International Studies*. 25 (1), 3–28. doi:10.1017/S0260210599000042.
- Da Silva, R. (2020) *Fim do ProSavana: Uma oportunidade para o desenvolvimento agrícola em Moçambique?* 27 July 2020. DW.COM. <https://www.dw.com/pt-002/fim-do-prosavana-uma-oportunidade-para-o-desenvolvimento-agr%C3%ADcola-em-mo%C3%A7ambique/a-54339235> [Accessed: 27 August 2022].
- Durán, J. & Chichava, S. (2017) Resisting South–South Cooperation? Mozambican Civil Society and Brazilian Agricultural Technical Cooperation. In: I. Bergamaschi, P. Moore, & A.B. Tickner (eds.). *South-South Cooperation Beyond the Myths: Rising Donors, New Aid Practices?* International Political Economy Series. London, Palgrave Macmillan UK. pp. 271–299. doi:10.1057/978-1-137-53969-4_11.
- FASE (2016) *A Cooperação Sul-Sul Dos Povos Do Brasil e de Moçambique - Memória da Resistência ao ProSavana e Análise Crítica de seu Plano Diretor*. https://fase.org.br/wp-content/uploads/2016/11/ProSavana_web.pdf.
- FASE (2021) *FASE participa de conferência sobre a lei de terras em Moçambique*. 2021. FASE. <https://fase.org.br/pt/noticias/fase-participa-de-conferencia-sobre-a-lei-de-terras-em-mocambique/> [Accessed: 27 August 2022].
- FASE (2015) *Fundo Nacala - Estrutura original e desdobramentos*. <https://fase.org.br/pt/biblioteca/fundo-nacala-estrutura-original-e-desdobramentos/>.
- Funada-Classen, S. (2019) *The Rise and Fall of ProSAVANA: From Triangular Cooperation to Bilateral Cooperation in Counter-Resistance*.
- GRAIN (2018) *Administrative Court condemns Mozambican government to release information on agrarian program*. 2018. <https://farmlandgrab.org/post/view/28460> [Accessed: 27 August 2022].

- GRAIN & UNAC (2015) *The land grabbers of the Nacala Corridor*. 2015. <https://grain.org/entries/5137-the-land-grabbers-of-the-nacala-corridor> [Accessed: 27 August 2022].
- Grisa, C. (2018) Mudanças nas políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: novos mediadores para velhos referenciais. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*. 38 (1), 36–50. doi:10.37370/raizes. 2018.v38.37.
- Gu, J., Zhang, C., Vaz, A. & Mukwereza, L. (2016) Chinese State Capitalism? Rethinking the Role of the State and Business in Chinese Development Cooperation in Africa. *World Development*. 81, 24–34. doi: 10.1016/j.worlddev.2016.01.001.
- Habermas, J. (1996) *Between Facts and Norms: Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy*. 1st edition. Cambridge, Polity.
- J. Honke, E. Cezne, & Y. Yang (eds.) (2024) *Africa's Global Infrastructures: South-South Transformations in Practice*. Oxford University Press.
- Hossain, N., de Brito, L., Joshi, A., Nyamu-Musembi, C., Patnaik, B., Sambo, M., Shankland, A., Scott-Villiers, P., Sinha, D., Kalita, D. & Benequista, N. (2014) Accepted: 2015-06-26T08:23:30Z. *Them Belly Full (But We Hungry): Food Rights Struggles in Bangladesh, India, Kenya*. Synthesis report from DFID-ESRC research project “Food Riots and Food Rights.” Brighton, Institute of Development Studies. <https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/handle/20.500.12413/6431>.
- Ilal, A., Kleibl, T. & Munck, R. (2018) Postcolonial perspectives on civil society in Mozambique: Towards an alternative approach for research and action. In: P. Kamruzzaman (ed.). *Civil Society in the Global South*. Routledge. pp. 215–234.
- International Articulation of those Affected by Vale (AIAAV) (2021) *Vale Unsustainability Report 2021*. <https://atingidosvale.com/relatorios/vale-unsustainability-report-2021/>.
- Issufo, N. (2012) *Governo moçambicano desaloja milhares de camponeses*. 2012. DW.COM. <https://www.dw.com/pt-002/governo-mo%C3%A7ambicano-desaloja-milhares-de-camponeses/a-16358534> [Accessed: 27 August 2022].
- Johansson, K. & Sambo, M. (2017) As revoltas do pão: um exercício de cidadania? In: Agora eles têm medo de nós! Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008–2012). 1st edition. Maputo, Moçambique, IESE. pp. 87–117. <https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2018/02/IESE-Food-Riot.pdf>.
- Journal@Verdade (2013) *“Wambao Agriculture” os recentes e reais impactos de mais uma bolada dos dragões em nome do desenvolvimento*. 13 August 2013. Moçambique para todos. https://macua.blogs.com/moambique_para_todos/2013/08/wambao-agriculture-os-recentes-e-reais-impactos-de-mais-uma-bolada-dos-drag%C3%B5es-em-nome-do-desenvolvimento.html [Accessed: 27 August 2022].

- Júnior, F. (2013) *Moçambique: Cheias causam prejuízos de 13 milhões no Baixo Limpopo*. 2013. VOA. <https://www.voaportugues.com/a/mocambique-cheias-limpopo/1657040.html> [Accessed: 29 September 2022].
- Kamruzzaman, P. (2018) Introduction. In: P. Kamruzzaman (ed.). *Civil society in the global South*. Routledge studies in development and society. Abingdon, Routledge. pp. 1–24.
- Kleibl, T. (2021) *Decolonizing civil society in Mozambique: governance, politics and spiritual systems*. Politics and development in contemporary Africa. London New York Oxford New Delhi Sydney, Zed.
- Madureira, M. (2014) Mega-Projectos e Transição Agrária: o caso do projecto Wanbao (Moçambique). *CEsA Working Papers*. <https://ideas.repec.org/p/cav/cavwpp/wp126.html>.
- Mawdsley, E. (2018) Southern leaders, Northern followers? Who has ‘socialised’ whom in international development? In: E. Fiddian-Qasmiyeh & P. Daley (eds.). *Routledge handbook of South-South relations*. Abingdon Oxon, New York, Routledge. pp. 191–204. doi:10.4324/9781315624495-14.
- Milhorance, C. (2015) Economias emergentes e instituições nacionais: debate sobre a presença brasileira no Malawi e em Moçambique. In: L. de Brito, C.N. Castel-Branco, S. Chichava, & A. Francisco (eds.). *Desafios para Moçambique 2015*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. pp. 445–465. <https://agritrop.cirad.fr/597862/>.
- Ministério de Economia e Finanças (2022) *Conta Geral do Estado Ano 2021*.
- Monjane, B. & Bruna, N. (2020) Confronting agrarian authoritarianism: dynamics of resistance to PROSAVANA in Mozambique. *The Journal of Peasant Studies*. 47 (1), 69–94. doi:10.1080/03066150.2019.1671357.
- Moyo, J.N. (1993) Civil society in Zimbabwe. *Zambezia*. 20 (1), 1–13.
- Ponguane, S.J.A., Mussumbuluco, B. & Mucavele, N. (2021) Land Grabbing or Rice Sector Development Opportunity? The Case of WANBAO proect in Gaza. *Journal of Asian Rural Studies*. 5 (2), 135. doi:10.20956/jars.v5i2.2782.
- Roesch, O. (2014) Renamo and the Peasantry in Southern Mozambique: A View from Gaza Province. *Canadian Journal of African Studies / Revue canadienne des études africaines*. 26 (3), 462–484. doi:10.1080/00083968.1992.10804299.
- Sambo, M.G. (2020) Investimento directo estrangeiro e o desenvolvimento socioeconomico em Moçambique. In: S. Forquilha (ed.). *Desafios para Moçambique 2020*. Maputo, Instituto de Estudos Sociais e Económicos. pp. 281–309.
- Schlesinger, S. (2014) *Brazilian cooperation and investment in Africa*. <https://www.oxfam.org.hk/en/what-we-do-category/advocacy-and-campaign/china-and-the-developing-world/publications/brazilian-cooperation-and-investments-in-africa>.

- Scoones, I., Amanor, K., Favareto, A. & Qi, G. (2016) A New Politics of Development Cooperation? Chinese and Brazilian Engagements in African Agriculture. *World Development*. 81, 1–12. doi:10.1016/j.worlddev.2015.11.020.
- Scoones, I., Cabral, L. & Tugendhat, H. (2013) New Development Encounters: China and Brazil in African Agriculture. *IDS Bulletin*. 44 (4), 1–19. doi:10.1111/1759-5436.12038.
- Shankland, A. & Gonçalves, E. (2016) Imagining Agricultural Development in South–South Cooperation: The Contestation and Transformation of ProSAVANA. *World Development*. 81, 35–46. doi: 10.1016/j.worlddev.2016.01.002.
- Shankland, A., Gonçalves, E. & Favareto, A. (2016) *Social movements, agrarian change and the contestation of ProSAVANA in Mozambique and Brazil*. <https://opendocs.ids.ac.uk/opendocs/handle/20.500.12413/12687>.
- Shaw, T.M. (2010) China, India and (South) Africa: what international relations in the second decade of the twenty-first century? In: F. Cheru & C. Obi (eds.). *The rise of China and India in Africa: Challenges, opportunities and critical interventions*. London, Zed Books Ltd. pp. 13–20. doi:10.5040/9781350223493.
- Sousa, O.L. de (2011) *Representação e participação política em Moçambique a crise da representação política nas assembleias representativas: o caso da Assembleia Municipal de Xai-Xai*. <http://monografias.uem.mz/jspui/handle/123456789/122>.
- Sumich, J. (2010) The Party and the State: Frelimo and Social Stratification in Post-socialist Mozambique: The Party and the State in Post-socialist Mozambique. *Development and Change*. 41 (4), 679–698. doi:10.1111/j.1467-7660.2010.01653.x.
- Summers, G.F. (1986) Rural Community Development. *Annual Review of Sociology*. 12 (1), 347–371. doi:10.1146/annurev.so.12.080186.002023.
- Topsøe-Jensen, B. (2015) *Mapping Study of Civil Society Organizations in Mozambique*. https://eeas.europa.eu/archives/delegations/mozambique/documents/news/mappingsco/20151020_mappingstudy_onlineversion.pdf.
- Tsing, A.L. (2011) *Friction: An ethnography of global connection*. Princeton University Press.
- UN General Assembly (2018) *United Nations Declaration on the Rights of Peasants and Other People Working in Rural Areas*. <https://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/1197482/>.
- Vaes, S. & Huyse, H. (2013) *New Voices on South-South Cooperation between emerging powers and Africa. African civil society perspectives*.
- Weng, L., Boedhihartono, A.K., Dirks, P.H.G.M., Dixon, J., Lubis, M.I. & Sayer, J.A. (2013) Mineral industries, growth corridors and agricultural development in Africa. *Global Food Security*. 2 (3), 195–202. doi: 10.1016/j.gfs.2013.07.003.

- Wise, T.A. (2019) Sementes da Resistência, Colheitas de Esperança: Camponeses impedem uma usurpação de terra em Moçambique. *Ja4Change*. <https://justica-ambiental.org/2019/07/18/sementes-da-resistencia-colheitas-de-esperancacamponeses-impedem-uma-usurpacao-de-terra-em-mocambique/>.
- Wolford, W. & Nehring, R. (2015) Constructing parallels: Brazilian expertise and the commodification of land, labour and money in Mozambique. *Canadian Journal of Development Studies / Revue canadienne d'études du développement*. 36 (2), 208–223. doi:10.1080/02255189.2015.1036010.
- Zhang, C. (2019) “Aid + Investment”: The Sustainable Development Approach of China’s Agricultural Aid Project in Mozambique. In: M. Huang, X. Xu, & X. Mao (eds.). *South-south Cooperation and Chinese Foreign Aid*. Singapore, Springer Singapore. pp. 211–231. doi:10.1007/978-981-13-2002-6_14.
- Zhang, C., Li, X., Connerley, E.F. & Wu, J. (2019) Role Tension and Adaptation in a Chinese Agricultural Aid Project in Mozambique. *Journal of International Development*. 31 (3), 231–246. doi:10.1002/jid.3402.